



## **A relação entre léxico e ambiente: um estudo dos zootopônimos e fitotopônimos de origem indígena designativos dos municípios alagoanos**

Pedro Antonio Gomes de MELO  
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)  
Mestre em Linguística  
Petrus2007@ibest.com.br

---

### **Resumo**

Este estudo objetivou investigar a estrutura mórfica, a significação e a taxionomia dos nomes indígenas designativos de municípios do Estado de Alagoas, observando questões extralinguísticas de natureza física relacionadas às motivações toponímicas, pondo em tela fatos onomásticos, especialmente aqueles ligados à relação língua e ambiente. Foi registrada a presença de fitotopônimos e zootopônimos de étimo tupi constituídos por elementos específicos simples nas 3 (três) mesorregiões alagoanas e a maior fonte motivacional na escolha dos nomes dos municípios foi a vegetação do espaço a ser nomeado.

**Palavras-chave:** Microtoponímia, Topônimo de origem indígena, Fitotopônimo, Zootopônimo.

### **Abstract**

This study aimed to investigate the structure morphic, the significance and taxonomy of Indian names as designating municipalities in the state of Alagoas, noting issues of physical extralinguistic motivations related to toponymic, onomastic putting facts on the screen, especially those related to the relationship language and environment. It is reported the presence of fitotoponimos and zootoponimos etymon of Tupi consisting of specific elements in the simple three (3) meso Alagoas and the greatest source of motivation in choosing names of the municipalities, the vegetation of the area to be named.

**Keywords:** Microtoponímia, toponym of Indian origin, Fitotoponio, Zootoponio.

---

### **Introdução**

Ao pensarmos sobre o processo de nomeação, é preciso, antes de tudo, compreendermos que esse ato designativo se constitui na relação entre ambiente, cultural e povo, por conseguinte, podemos dizer que pensar sobre o ambiente é compreender que o homem está direta e indiretamente ligado a ele e esta relação pode ser representada também pela linguagem. O signo linguístico em função onomástica “é o meio que o homem emprega para humanizar a paisagem como parte de sua relação com seu ambiente geográfico” (SOLIS FONSECA, 1977, p. 22).

Partindo daí, este trabalho objetiva analisar linguisticamente, sob uma orientação léxico-taxionômica, os zootopônimos e fitotopônimos de origem indígena que nomeia os municípios do Estado de Alagoas, buscando investigar a provável motivação toponímica e seus significados na relação binômica língua/ambiente.

O termo ambiente é empregado numa perspectiva tradicional e visto pelo aspecto natural de fauna e de flora, estando ligado às interpretações de natureza, ou seja, o *habitat*, o espaço físico, natural que os seres normalmente ocupam.



O Estado de Alagoas é geograficamente pequeno com uma área total de 27. 767,661 km<sup>2</sup>, sendo o segundo menor do país. Faz fronteiras com os Estados de Pernambuco (Norte e Noroeste), de Sergipe (Sul), da Bahia (Sudoeste), além do Oceano Atlântico (Leste). Seguindo a divisão proposta pelo IBGE (2008), é formado por 102 municípios, estes estão distribuídos em três mesorregiões (Agreste Alagoano, Leste Alagoano e Sertão Alagoano) e subdivididos em 13 microrregiões: 1 A microrregião de Palmeira dos Índios, 2 A microrregião de Arapiraca, 3 A Microrregião de Traipu, 4 A Microrregião do Litoral Norte Alagoano, 5 A Microrregião de Maceió, 6 A Microrregião da Mata Alagoana, 7 A Microrregião de Penedo, 8 A Microrregião de São Miguel dos Campos, 9 A Microrregião Serrana dos Quilombos, 10 A Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, 11 A Microrregião de Batalha, 12 A Microrregião de Santana do Ipanema e 13 A Microrregião do Serrana do Sertão Alagoano.

Constituindo assim, a nomenclatura de suas municipalidades e conseqüentemente o léxico onomástico-toponímico municipal da microtoponímia do Estado, evidenciando em suas isoglossas os efeitos da sociedade sobre a língua, e ainda, a maneira pela qual o mundo exterior (meio ambiente) nela se reflete. Conforme Katamba (1993, p. 99), “o léxico não é uma lista passiva de palavras e de seus significados, mas um lugar cheio de vitalidade em que as regras são usadas ativamente para criar novas palavras”. Na verdade, trata-se de um repertório aberto, quer dizer, capaz de se enriquecer e se ampliar sempre.

É importante não confundirmos o nome do município com o município propriamente dito, em outras palavras “o topônimo não é o lugar em si, mas uma de suas representações carregando em sua estrutura sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador.” (CARVALHINHOS, 2009, p. 83).

Para esta pesquisa, interessa-nos apenas os fitotopônimos que correspondem aos topônimos referentes à vida animal de uma dada região e os zootopônimos que são topônimos relativos à vegetação, ambos de origem indígena e configuram a fauna e a flora no ato de nomear municípios alagoanos. A saber: (1) Arapiraca, (2) Craíbas, (3) Jaramataia, (4) Murici, (5) Pariconha, (6) Pindoba, (7) Taquarana, (8) Jundiá, (9) Piranhas e (10) Satuba. Conforme Navarro (1999, p. xi), a língua indígena Tupi foi “depois do português, a língua que mais produziu nomes geográficos em nosso território”.

## **Referencial teórico-metodológico**

Este trabalho está incluso na área linguística da Toponímia que consiste num ramo da Onomástica (do grego antigo *ὀνομαστική*, ato de nomear, dar nome) e tem como objeto de estudos o signo toponímico.

Para Rostaing (1961, p.7), sua finalidade consiste em “investigar a significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações”. E ainda, observar questões extralinguísticas de natureza física e antropocultural relacionadas à motivação toponímica, pondo em tela fatos onomásticos, especialmente aqueles ligados à Toponímia. Conforme postula Dauzat (1926, p.7), ela “conjugada com a história, indica ou precisa os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus traços.”

O período histórico no qual se insere a sistematização dos estudos toponímicos é, segundo Benveniste (1995, 21-22), o segundo momento da história da Linguística, quando da observância da existência da relação de parentesco entre as línguas indo-europeias. Esses estudos, calcados no método da gramática comparativa, privilegiavam a reconstituição



etimológica e a toponímia, então, pelas características intrínsecas de seu objeto de estudo, demonstra ser uma importante ferramenta nessa reconstituição.

Enquanto ciência autônoma, a Toponímia surgiu na França com os estudos de Auguste Longnon instituído na *École Pratique des Hautes-Etudes* de Paris, em 1878. Nessa época, ainda era genética, ou seja, tinha como objetivo recuperar a etimologia dos nomes e, assim, apenas o dado servia para essa área de estudo.

A partir da segunda década do século XX (1922), Albert Dauzat muda o rumo dos estudos toponímicos, procurando investigar o fato, tentando recuperar, além da etimologia, o significado do topônimo, ou seja, estudar os nomes de lugares não apenas por sua filiação linguística, etimologia ou datação, mas por sua própria substância semântica. Foi o referido autor quem impulsionou os estudos de toponímia na França, baseando sua investigação no método das áreas e na geografia linguística.

No Brasil, foi o professor Plínio Ayrosa que introduziu a disciplina Toponímia na Universidade do Estado de São Paulo (USP), posteriormente, o professor Carlos Drumond impulsionou os estudos toponímicos no Brasil ao dar atenção aos nomes de origem indígena e a professora Maria Vicientina de Paula do Amaral Dick, sob a orientação de Carlos Drumond, consolidou a disciplina com seu método e objeto específico.

O léxico onomástico-toponímico reflete as manifestações socioculturais, a cosmovisão e os ideais de um povo. Seu estudo, portanto, permite a descoberta de episódios históricos, o conhecimento de características físico-geográficas de uma região, a identificação das crenças mítico-religiosas de um povo; relacionando, desse modo, diferentes campos do saber: Linguística, Lexicologia, História, Geografia, Antropologia, entre outros.

Assim sendo, a Toponímia consiste num imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente, segundo Dick (1992, p.II), “é delas que se recebe ao mesmo tempo que lhes fornece subsídios preciosos para suas configurações teóricas”.

### **Modelo taxeonômico de classificação toponímica (MTCT)**

Adotaremos como referencial teórico-metodológico o modelo de Dick (1990) para análise dos aspectos taxionômicos de classificação toponímica, por se trata de uma proposta que é voltada para a realidade brasileira.

A terminologia adotada no Modelo Taxeonômico de Classificação Toponímica (MTCT) é composta pelo elemento topônimo antecedido por um elemento genérico que define a classe onomástica.

Esse modelo teórico engloba 27 (vinte e sete) taxes, distribuídas em 02 (dois) grupos, conforme a natureza motivacional (semântica): 11 (onze) taxes relacionadas ao ambiente físico, Taxeonomias de Natureza Física (TNF); e 16 (dezesesseis), relacionadas ao homem e sua relação com a sociedade e a cultura, Taxeonomias de Natureza Antropocultural (TNA).

O termo *taxe* corresponde à identificação e classificação genérica dos fatos cósmicos de duas ordens de consequência: a física e a antropocultural, de forma a permitir a aferição objetiva de causas motivadoras dos designativos geográficos. Para este recorte do léxico toponímico-onomástico, utilizaremos apenas as taxes de natureza física que caracterizam a fauna e flora, denominado os respectivos topônimos em fitotopônimo e zootopônimo.

Pensar sobre o ato denominativo requer, antes de qualquer coisa, considerar que esse processo linguístico-onomástico se constitui na relação entre ambiente e sociedade. O homem se apoderar de referentes de seu *habitat*, especialmente da fauna e flora, ao estabelecer o ato



de nomeação de espaços geográficos. É através do processo de interação proporcionado pela linguagem que ele exterioriza sua relação com o meio.

## **Análise e resultados**

Doravante apresentaremos as análises do *corpus* deste estudo, as motivações toponímicas foram examinadas do ponto de vista do produto gerado e para a estruturação dos motivos e/ou das fontes geradoras dos locativos foi dado um tratamento sistemático em categorias classificatórias taxionômicas com base na proposta do MTCT de Dick (1990).

Utilizamos a obra de Luiz Caldas Tibiriçá *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*; significado dos nomes geográficos de origem tupi (1985) para identificarmos e caracterizarmos a etimologia de origem indígena dos topônimos analisados.

No que diz respeito às questões de estruturas linguísticas dos topônimos, buscamos na Linguística Geral o aporte teórico para as análises mórficas nas obras *Morfemas do português* de Kehdi (1990) e *Linguística aplicada ao português: morfologia* de Souza e Silva & Kock (1987). E ainda, consultamos os sítios: [itec.al.gov.br/municípios](http://itec.al.gov.br/municípios), <http://pt.wikipedia.org> para pesquisarmos as informações enciclopédicas.

## **Os fitotopônimos de origem indígena no léxico toponímico-onomástico municipal alagoano**

No âmbito dos fitotopônimos, é importante considerarmos o relevante papel da vegetação como fonte motivadora decorre da abundância da flora pela existência de plantas ou vegetais no ambiente em que se encontra seu objeto de denominação. Podemos considerá-los como signos toponímicos transparentes, cuja motivação é inspirada na vegetação local.

Numa região como o Brasil [...], a denominação dos lugares de procedência indígena, deve, de contínuo, traduzir a feição local do ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A geografia aqui reflete nas denominações dos lugares a característica vegetal de cada uma. (SAMPAIO, 1928, p.85)

Registramos 7 (sete) fitotopônimos: Arapiraca, Craíbas, Jaramataia, Murici, Pariconha, Pindoba, e Taquarana de origem indígena, nestes casos percebemos que o denominador resgata os aspectos da flora da região a ser nomeada confirmando a importância da vegetação na vida do homem.

**Topônimo:** Arapiraca;

**Localização:** Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Arapiraca.

**Taxionomia:** Fitotopônimo

**Etimologia:** O termo é de origem tupi: *ara* quer dizer periquito (ou arara, de acordo com outros); *pira* pode ser traduzido como pouso; e *aca* significa ramo de árvore. Trata-se de uma espécie de angico branco, da família das mimosáceas (leguminosas), muito comum no agreste e no sertão, e que o povo, à sua maneira denomina de Arapiraca.

**Estrutura Morfológica:** morfema lexical *arapirac-* + morfema classificatório vogal temática *-a*

**Informações Enciclopédicas:** No ano de 1848, o Capitão Amaro Valente enviou o genro Manoel André Correia dos Santos, juntamente com a família, àquela localidade, em virtude de uma séria contenda entre Manoel André e o cunhado, José Ferreira de Macedo. Após longos



dias de trabalhos e perigos, o pioneiro alcançou uma planície onde resolveu parar. Fez acampamento embaixo de uma frondosa Arapiraca e aí permaneceu vários dias. À sombra da árvore, levantou uma cabana de madeira coberta com cascas de angico, onde passou os primeiros dias, enquanto construía a primeira casa numa distância de aproximadamente cem metros, que serviu de habitação para sua família. Desde esta época, Arapiraca conservou seu nome. Em seus primórdios, como distrito, Arapiraca esteve sob a jurisdição, sucessivamente, de Penedo, Porto Real do Colégio, São Brás e Limoeiro de Anadia. Como município independente, constituiu-se de território desmembrado de Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, São Brás, Traipú e Limoeiro de Anadia. Pelo Decreto nº 1.071, de 24 de outubro de 1924, passou a pertencer à comarca de Palmeira dos Índios. Em 1931, passou à jurisdição da comarca de Anadia. Em 17 de setembro de 1949, finalmente, Arapiraca foi elevada à categoria de comarca.

**Topônimo:** Craíbas

**Localização:** Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Arapiraca

**Taxionomia:** Fitotopônimo

**Etimologia:** O termo é de origem tupi *Carahyba* designa a árvore do ramo das bignoniáceas, muito comum na região. Homem branco, estrangeiro.

**Estrutura Morfológica:** morfema lexical *craib-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema flexional aditivo *-s*

**Informações Enciclopédicas:** Em 1865, Manoel Nunes da Silva Santos chegou à região onde está hoje o município de Craíbas, sendo um dos seus primeiros habitantes. Apesar de ser uma área pobre se estabeleceu ali mesmo, adquirindo uma grande extensão de terras pertencentes a Felipe Nogueira de Lima, composta basicamente de matas e árvores, principalmente a craibeira, que acabaria dando nome à cidade. No começo do século XX Craíbas passou a ter características de um povoado. Seu crescimento sócio-econômico determinou a sua autonomia administrativa. Dessa forma, pela Lei nº 2.471, de 28 de agosto de 1962, obteve a sua emancipação política. Antes dessa data, o município era conhecido por Craíba dos Nunes, uma referência à família de pioneiros que se instalou no lugar. A instalação oficial do município ocorreu em 23 de setembro de 1962.

**Topônimo:** Jaramataia

**Localização:** Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião de Batalha

**Taxionomia:** Fitotopônimo

**Etimologia:** de origem indígena do tupi: *jaramataia* nome de uma planta leguminosa.

**Estrutura Morfológica:** morfema lexical *jaramataia*

**Informações Enciclopédicas:** A origem do município, datada por volta de 1882, é a fazenda Jaramataia de Manoel Barbosa Farias. O nome se originou da grande quantidade de jaramataias - árvore abundantes que cobriam parte das terras. O povoado cresceu rápido e em 1961 foi elevado à condição de distrito.

**Topônimo:** Murici

**Localização:** Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Mata Alagoana.

**Taxionomia:** Fitotopônimo

**Etimologia:** O termo é de origem tupi *muricy* e designa a árvore do ramo das bignoniáceas, muito comum na região. Segundo Tibiraçá (1985) de *moressi* árvore da família das malpigiáceas.



**Estrutura Morfológica:** morfema lexical *muricí* (nome atemático)

**Informações Enciclopédicas:** Existem três versões sobre o surgimento da cidade Murici. No entanto, todas convergem no que diz respeito à motivação toponímica, isto é, a relação do topônimo com um muricizeiro. Adotaremos a do manuscrito *Topographia* de 1888 que atribui a origem do nome Murici ao lugar onde surgiu a cidade. Havia nesse lugar muitas árvores chamadas *Muricy*, onde se reuniam grande quantidade de animais que iam comer daqueles frutos e de outros. Os caçadores ali iam esperá-los e para indicar o lugar afluente dos animais, começaram a rezar do nome da árvore *muricy*. Como sempre demoravam-se dias em tais caçadas, fizeram ranchos para neles se abrigarem do tempo junto ao delicioso rio Mundaú, que naquele tempo era muito estreito, tanto que as árvores encostavam os seus ramos de uma margem a outra. A cobiça da fertilidade do terreno foi chamando a atenção de muitos que foram fazer seus roçados e casas, e assim foi progredindo, de tal sorte que passou a povoação, depois a freguesia e ultimamente à vila e atualmente município.

**Topônimo:** Pariconha

**Localização:** Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião Serrana do Sertão Alagoano

**Taxionomia:** Fitotopônimo

**Etimologia:** Palavra de origem indígena que significa ‘duas conhas’, (como eram chamadas as polpas desses frutos).

**Estrutura Morfológica:** morfema lexical *pariconh-* + morfema classificatório vogal temática *-a*

**Informações Enciclopédicas:** Na região havia muitos pés de ouricuri que têm formação globosa e são usados sob (ouricurizeiros), palmeira que dá cachos de coquinhos, frutos cujas sementes forma de farinha, óleo e solução cicatrizante. Esse fato deu origem ao nome da cidade, que era conhecida, inicialmente como Par-de-Conha e, depois, simplificado para Pariconha. O município foi criado pela Constituição Estadual em 5 de outubro de 1989, desmembrado de Água Branca, mas sua instalação definitiva só ocorreu em 1º de janeiro de 1993. Distrito criado com a denominação Pariconha, pela lei nº 2240, de 01-05-1962.

**Topônimo:** Pindoba

**Localização:** Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Serra dos Quilombos.

**Taxionomia:** Fitotopônimo

**Etimologia:** O termo é de origem tupi *pindoba* designa uma folha da palmeira com a qual os índios faziam físgas e anzóis. É também chamado assim o coco da palmeira pindá, que antigamente era encontrado com fartura em seu território.

**Estrutura Morfológica:** morfema lexical *pindob-* + classificatório vogal temática *-a*

**Informações Enciclopédicas:** De uma promessa feita pelo fazendeiro João Dias nasceu a cidade de Pindoba. Bastante enfermo, ele prometeu construir uma capela em agradecimento a São Sebastião, caso se recuperasse. Curado, João Dias mandou levantar imediatamente a capela na fazenda. A missa passou a ser frequentada pelos habitantes de toda a região. Por causa desse movimento religioso, muitos agricultores se transferiram para o local. A fertilidade das terras também contribuiu para atrair outros moradores, que passaram a trabalhar no desenvolvimento, não somente da agricultura, mas também na pecuária. Em pouco tempo muitas casas foram surgindo. O nome primitivo do lugar foi Pindoba Grande, passando mais tarde a ser chamada Vila Pindoba Grande, nome originário de um tipo de palmeira hoje, inexistente. A emancipação política aconteceu em 1957, através da Lei 2.070. O município foi instalado oficialmente em 1959, desmembrado de Viçosa. A mesma lei mudou o nome do município para Pindoba.



**Topônimo:** Taquarana

**Localização:** Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Arapiraca.

**Taxionomia:** Fitotopônimo

**Etimologia:** O termo é de origem tupi *ta'kwara* designa uma planta chamada pelos índios de cana brava, oca por dentro. Trata-se de um bambu da família das gramíneas. Segundo Tibiriçá (1985) de *tacuí-rana* planta que se parece com a taquara, falsa taquara (bambu).

**Estrutura Morfológica:** morfema lexical *taquaran-* + classificatório vogal temática *-a*

**Informações Enciclopédicas:** O município de Taquarana teve seu território desmembrado de Limoeiro de Anadia no dia 24 de agosto de 1962, marcado por uma história que começou ainda em meados do século XVIII, partindo de uma fazenda de gado denominada de Cana Brava, pertencente à família Correia Paes. Em 1938 foi elevada à condição de vila, ainda pertencendo a Limoeiro de Anadia. A autonomia administrativa, porém, só veio em Agosto de 1962, através da Lei 2.465, que também alterou o nome da cidade de Cana Brava dos Paes para Taquarana, por sugestão do bispo Dom Rômulo de Farias, arcebispo de Maceió.

### **Os zootopônimos de origem indígena no léxico toponímico-onomástico municipal alagoano**

No âmbito dos zootopônimos, registramos 3 (três) designativos: (1) Jundiá, (2) Piranhas e (3) Satuba de origem indígena, nestes casos percebemos que o denominador resgata os aspectos da fauna da região a ser nomeada, principalmente a atividade da pesca. De acordo com Dick (1990, p.272), “o genérico *pira* (peixe) é o vocábulo que maior número de registro acusa, considerando os peixes na toponímia brasileira”.

Essa tendência se confirma com o topônimo Piranhas registrado na microtoponímia do Estado de Alagoas. Todavia, além dos zootopônimos indígenas motivados por nomes de peixes (Jundiá e Piranhas), detectamos outro motivado por nome de inseto (Satuba).

**Topônimo:** Jundiá

**Localização:** Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de mata alagoana.

**Taxionomia:** Zootopônimo

**Etimologia:** O termo é de origem tupi: *Yundi-á* ou *Nhandiá*, denominação genérica dada pelos índios ao bagre.

**Estrutura Morfológica:** morfema lexical *jundiá* (nome atemático)

**Informações Enciclopédicas:** O topônimo foi escolhido em razão da grande quantidade de peixes da espécie jundiá (espécie de bagre) encontrados no Rio Manguaba. O movimento pela emancipação política do município começou por volta de 1954. Tertuliano Turíbio de Araújo e João Batista de Moraes foram os líderes. Em agosto de 1960, Jundiá foi emancipado de Porto Calvo, ganhando soberania de município.

**Topônimo:** Piranhas

**Localização:** Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco.

**Taxeonomia:** Zootopônimo

**Etimologia:** O termo é de origem tupi, no entanto, há duas explicações etimológicas: junção dos termos tupis *pirá* ‘peixe’ e *anha* ‘dente’, significando ‘peixe com dente’ e junção *pira* ‘pele’ e *raim* ‘o que corta’, significando ‘corta a pele’.

**Estrutura Morfológica:** morfema lexical *piranh-* + morfema gramatical classificatório vogal temática *-a* + morfema gramatical flexional aditivo *-s*



**Informações Enciclopédicas:** Limita-se ao norte com o município de Inhapi, ao sul com o estado de Sergipe, a leste com os municípios de São José da Tapera e Pão de Açúcar, a oeste com o município de Olho d'Água do Casado e a nordeste com o município de Senador Rui Palmeira. Piranhas, que se divide em ‘de Baixo’ e ‘de Cima’, vem há algum tempo chamando a atenção, especialmente para a própria geografia, cuidadosamente moldada entre a caatinga e os rios São Francisco, Boa Vista (ou Piranhas), Urucu e Capiá. Piranhas é a única cidade do semiárido nordestino tombada como patrimônio histórico nacional. Foi fundada no século XVIII, quando o local era conhecido por Tapera. Conta-se que, em um riacho, hoje chamado das Piranhas, um caboclo pescou uma grande piranha, levando-a para casa depois de parti-la e salgá-la. A história foi transmitida de geração a geração e, segundo consta, denominou o lugar, que cresceu próximo ao riacho. As principais atividades econômicas são a pesca e a agricultura de subsistência.

**Topônimo:** Satuba

**Localização:** Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Maceió

**Taxionomia:** Zootopônimo

**Etimologia:** O termo corresponde à corruptela de saúva, ou saúba, palavra de origem tupi *isa'uua*. Designação comum às formigas do gênero *Atta*. Segundo Tibiriçá (1985) de *yssá-tyba* abundância de içás.

**Estrutura Morfológica:** morfema lexical *satub-* classificatório vogal temática –a

**Informações Enciclopédicas:** O atual município de Satuba era um povoado conhecido como Carrapato, passou a ser chamado Satuba devido a uma espécie de formiga que muito incomodava os operários que construía a trilha férrea de Great Western. As terras do atual município alagoano pertenciam à vila de Santa Luzia do Norte, e depois a Rio Largo, de onde foram desmembradas. O desenvolvimento natural da povoação incentivou algumas lideranças a pleitear sua emancipação que foi alcançada em 23 de julho de 1960 através da Lei Estadual nº 2.265.

Tabela 1 - Incidência de topônimos indígenas por taxes na microtoponímia municipal de Alagoas

| Topônimo   | Motivação    | Quantidade | Percentual |
|--|--------------|------------|------------|
| Arapiraca, Craíbas, Jaramataia, Murici, Pariconha, Pindoba, Taquarana. | Fitotopônimo | 7          | 70%        |
| Jundiá, Piranhas, Satuba.  | Zootopônimo  | 3          | 30%        |
| <b>Total</b>   |              | 100%       | 100%       |

Considerando a tabela 1 apresentada acima, podemos afirmar que a maior fonte motivacional no momento da escolha dos nomes dos municípios de origem indígena de natureza física foi a vegetação do espaço a ser nomeado, esta característica do ambiente natural pode ser considerada como fator influenciador para eleição do topônimo, presente nos nomes de plantas características de uma região representado no léxico onomástico-toponímico municipal de origem indígena. seguindo, nesse sentido, uma tendência geral da toponímia brasileira.





No que diz respeito à formação lexical dos topônimos analisados, observamos que todos apresentam uma estrutura mórfica constituída por um elemento específico simples formado por um morfema lexical acrescido de morfemas gramaticais e derivacionais.

No cômputo geral, dos 10 (dez) topônimos detectados 7 (sete) foram fitotopônimos e apenas 3 (três) zootopônimos, totalizando um percentual de ocorrência de 70% de designativos que caracterizam a vegetação local e 30% relativos à fauna.

## **Considerações finais**

Os aspectos abordados no presente artigo envolvendo a microtoponímia municipal indígena do Estado de Alagoas. Permitem-nos tecer algumas considerações finais referentes à relação entre língua e ambiente representada no léxico onomástico-toponímico.

Iniciamos destacando que o princípio básico da nomeação dos acidentes humanos de étimo Tupi em Alagoas consiste na relação entre o homem e o meio, uma vez que aquele se apodera de referentes de seu *habitat*, especialmente da fauna e flora, ao estabelecer o ato de designar os municípios. É através do processo de interação proporcionado pela linguagem que ele pode exteriorizar sua relação com a natureza.

Nesta pesquisa, registramos a presença de fitotopônimos e zootopônimos de étimo tupi na identificação de municípios nas 3 (três) mesorregiões alagoanas: Mesorregião do Leste Alagoano, Mesorregião do Agreste Alagoano e Mesorregião do Sertão Alagoano.

No que diz respeito à formação lexical, podemos afirmar que diacronicamente os topônimos são constituídos a partir da composição de diversos elementos de estrato linguístico do tupi, no entanto, sincronicamente, esses topônimos são reconhecidos como elementos simples por estarem incorporados ao léxico português, ou seja, apresentando apenas um morfema lexical acrescidos de morfemas gramaticais e derivacionais.

No que diz respeito à motivação toponímica, podemos afirmar que a maior fonte motivacional no momento da escolha dos nomes dos municípios de origem indígena de natureza física foi a vegetação do espaço a ser nomeado caracterizada nos fitopônimos. Conforme os dados analisados, dos 10 (dez) topônimos detectados 7 (sete) foram fitotopônimos e apenas 3 (três) zootopônimos, perfazendo uma percentagem de 70%.

As características fitotopônicas de origem indígena na microtoponímia alagoana representam uma tendência motivadora do homem em atribuir aos acidentes humanos (municípios) nomes relativos a sua vegetação (geralmente árvores e frutos) e as características zootopônicas representam a diversidade da fauna local, pela abundância de animais (peixes e insetos) que deixaram marcas nos nomes dos municípios conforme as possibilidades ou necessidades do designador.

Este estudo demonstrou a estreita relação entre o léxico e o ambiente, à medida que evidenciou a influência da fauna e flora do Estado de Alagoas na nominação dos acidentes humanos, ratificando a influência do ambiente físico na identificação dos municípios, o que, por extensão, confirma a estreita relação entre língua e natureza, também no léxico onomástico-toponímico.

Finalizamos ressaltando que o estudo do léxico toponímico-onomástico consiste em uma área de indagação linguística muito ampla, tornando este trabalho limitado na forma como aborda o assunto proposto, longe do ideal, mas que traduz o esforço deste pesquisador com os problemas atinentes à Toponímia alagoana, deixando para outro momento, perspectivas diversas de investigação de maior aprofundamento de análises dos fenômenos



toponômicos. Logo, ficam em aberto possibilidades para inquirições complementares, tendo em vista que é sempre possível a realização de análises mais exaustivas dos fenômenos linguísticos.

## Referências

- BENVENISTE, E. *Princípios de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes Editores, 1995.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 31 jul. 2012.
- CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Interface onomástica / literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra de memórias da rua do ouvidor de Joaquim Manuel de Macedo. In.: *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro : CIEFIL, 2009, v. XII, n. 10, p. 83-99.
- DAUZAT, A. *Les noms de Lieux: Origene et évolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.
- DICK, M. V. de P. do A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo : Edições Arquivo do Estado, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FLCH/USP, 1992.
- KATAMBA, Francis. *Morphology*. Houndmills :The Macmillan Press, 1993.
- KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. São Paulo : Ática, 1990.
- NAVARRO, Edurado de Almeida. *Método moderno de Tupi antigo; a língua do Brasil dos primeiros séculos*, 2. ed. Petrópolis : Rio de Janeiro, 1999.
- ROSTAING, C. *Les noms de Lieux*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.
- SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geographia nacional*. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.
- SOUZA E SILVA, M. Cecília P. de & KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. São Paulo : Cortez, 1987.
- SOLIS FONSECA, G. *La gente passa, los nombres quedan*. Introduccion em la Toponíma . Lima : Lengua y Sociedad, 1997.
- TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi; significado dos nomes geográficos de origem tupi*. Brasil : Traço, 1985.